

DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal de Barbalha

Ano XV, No. 1435 Barbalha-CE, **Sexta-feira, dia 11 de Abril de 2025.** - CADERNO 01/01 -

Pag. 01

MESA DIRETORA

Presidente

Dorivan Amaro dos Santos (PT)

Vice-Presidente

Epitácio Saraiva da Cruz Neto (REPUBLICANOS)

1º. Secretário

José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT)

2º. Secretária

Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS)

DEMAIS VEREADORES

Antenor Francisco de Amorim (PDT)
Antônio Ferreira de Santana (PC do B)
Carlos André Feitosa Pereira (PSB)
Cícera Bertulino de Souza (PSB)
Cícero Joanes Leite Sampaio (PSDB)
Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (UNIÃO)
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT)
João Ilânio Sampaio (PSB)
Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS)
Matheus Cleber Saraiva Gonçalves (PSDB)
Odair José de Matos (PT).

COMISSÕES PERMANENTES

Constituição, Justiça e Legislação Participativa

José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS); Odair José de Matos (PT).

Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor

Antônio Ferreira de Santana (PC do B); Cícera Bertulino de Souza (PSB); Carlos André Feitosa Pereira (PSB).

Obras e Serviços Públicos

Antenor Francisco de Amorim (PDT); Antônio Ferreira de Santana (PC do B); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT).

Educação, Saúde e Assistência

Cícero Joanes Leite Sampaio (PSDB); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT); João Ilânio Sampaio (PSB).

Ética e Decoro Parlamentar

Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS); José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS).

Juventude

Matheus Cleber Saraiva Gonçalves (PSDB); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT); Carlos André Feitosa (PSB).

Segurança Pública e Defesa Social

Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (UNIÃO); José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS).

DIREÇÃO GERAL DA CÂMARA: LUCAS ARON DOS SANTOS GOMES;
ASSESSOR DA MESA: JOSEMBERG DA SILVA CUNHA;
COORDENAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL: KELVY GABRIEL DE MOURA FERREIRA;
ORGANIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, FORMATAÇÃO E PUBLICAÇÃO: CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CIEC

HISTÓRIA

O Diário Oficial do Poder Legislativo da cidade de Barbalha foi idealizado pelos Servidores Efetivos do Poder Legislativo e criado pela Resolução No. 04/2011, no dia 30 de Maio de 2011, quando foi ao ar sua primeira edição. O Diário tem por objetivo dar cumprimento ao princípio da Publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, além da obrigação prevista no Regimento Interno da Casa do Povo Barbalhense para que as matérias legislativas fossem publicadas para dar conhecimento ao povo. O Diário Oficial é editado, diagramado, organizado e publicado pelo Centro Integrado de Educação e Cultura - CIEC e sob a responsabilidade de Servidores efetivos do próprio Poder Legislativo Municipal. E-mail: diariooficialcambar@gmail.com

PUBLICAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

PROJETOS DE LEIS

Mensagem nº. 07.04.001/2025 – GAB Barbalha/CE, 07 de abril de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Dorivan Amaro dos Santos
Vereador
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE
Nesta

Ref. Mensagem Projeto de Lei

SENHOR PRESIDENTE,
DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir.

A Gestão Municipal tem realizado campanhas periódicas com o objetivo de intensificar a sua arrecadação própria, a exemplo da última campanha do REFIS 2023, sobretudo para auxiliar na composição da sua receita e devolver a arrecadação em forma de inúmeros benefícios para a sociedade.

Conforme dados apresentados pelo Setor de Tributos, o montante do registro de valores inscritos na Dívida Ativa Municipal referente as competências de 2020 a 2024, passíveis de cobrança em razão da prescrição sobre as anteriores, perfaz o valor de R\$31.541.111,81 (trinta e um milhões quinhentos e quarenta e um mil cento e onze reais e oitenta e um centavos), valor este deveras significante para um Município do porte de Barbalha/CE.

Para mais, dados da mesma fonte dão conta de que a campanha de REFIS 2023, no curso de sua vigência, até 31/12/2023, resultou na composição de 1.310 (um mil trezentos e dez) acordos, e até o presente momento, sem considerar a integralização dos valores dos parcelamentos que estão em curso, arrecadou R\$ 1.842.229,46 (Um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos).

Desta feita, faz-se necessário que mobilizemos os nossos esforços para além de arrecadar, implementar uma metodologia em que o contribuinte possa se tornar adimplente e ter suas certidões regulares de forma compatível com as suas condições financeiras.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito, por tratar-se de questão de interesse social.

Local e data, supra.

Respeitosamente,

Guilherme Sampaio Saraiva
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 07 DE ABRIL DE 2025

INSTITUI E DISCIPLINA O PROGRAMA ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS 2025, VOLTADO PARA OS CRÉDITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA OU NÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARBALHA/CE, DA FORMAQUE INDICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE em consonância com a Lei Municipal nº 1.334/97 e Lei Complementar nº 005/2022, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção do Prefeito:

Art. 1º. Fica instituído, no município de Barbalha/CE, o Programa Especial de Recuperação Fiscal — **REFIS 2025**, destinado a promover a regularização de débitos tributários que tem o município como credor, relativos a Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN, Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis, a título oneroso — ITBI, Taxas, Contribuições de Melhoria e outros de natureza tributária ou não tributária, vencidos até o dia **31 de dezembro de 2024**, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com sua exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de tributos declarados ou retidos.

§ 1º São Autoridades competentes para autorizar os benefícios desta Lei:

I – O(A) Secretário(a) Municipal de Planejamento e Gestão, o Secretário Executivo de Finanças da Secretaria de Planejamento e Gestão e o(a) Diretor(a) de Tributos, para os créditos tributários ou não, em caráter geral, inscritos ou não em dívida ativa;

II – O(A) Procurador(a) Geral e o(a) Procurador(a) Adjunto(a) do Município, para os créditos tributários ou não, inscritos em dívida ativa e objeto de cobrança judicial.

§ 3º Os créditos, tributários ou não, já executados judicialmente, com bens penhorados ou com efetivação de depósitos em dinheiro, somente poderão ser pagos, nos termos desta lei, após concordância da Procuradoria Geral do Município.

§ 4º Além do disposto no parágrafo anterior, os créditos sob discussão judicial somente poderão ser objeto de pagamento na forma prevista nesta lei, quando o interessado desistir, nos autos judiciais respectivos da ação, dos embargos à execução ou outro instrumento processual cabível que tenha promovido, ou quando do ingresso da Ação de Execução pelo Município arcar com as custas processuais e honorários.

Art. 2º. O sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, ao ingressar no **REFIS 2025**, fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos tributários municipais e outros incluídos no referido Programa.

§ 1º O interessado em aderir ao referido REFIS, caso possua mais de uma dívida, seja relativa a um mesmo tributo ou a tributos diversos, ou, ainda, qualquer outra dívida de natureza não tributária, cujo credor seja o Município de Barbalha/CE, poderá eleger quais delas integrarão o crédito consolidado referente ao parcelamento ou selecionar uma delas para a referida adesão.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irrevogável e irretroatável.

§ 3º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força judicial, a inclusão no **REFIS 2025** dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

§ 4º Na desistência da ação judicial deverá o contribuinte ou o responsável suportar as custas judiciais e honorários sucumbenciais.

§ 5º Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida inclusão no **REFIS 2025** de eventual saldo devedor.

Art. 3º. O **REFIS 2025** abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo contribuinte ou responsável, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros, e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º Fica estabelecido que aqueles contribuintes que fizeram adesão aos REFIS realizados entre os anos de 2021 e 2023 e não quitaram integralmente seus débitos com a fazenda municipal, abandonando o acordo firmado no curso de sua vigência, não poderão aderir a novo parcelamento ofertado por esta Lei, a menos que promovam a quitação do citado débito em uma única parcela, sendo o valor acrescido de todos os encargos decorrentes do inadimplemento contratual.

§ 2º Este programa não gera crédito para contribuintes ou responsáveis que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

Art. 4º. O Programa Especial de Recuperação Fiscal - **REFIS 2025** terá a vigência de **90 (noventa) dias**, contados da data de publicação desta Lei, devendo a adesão ao mesmo ocorrer mediante o preenchimento de Termo de Opção pelo **REFIS 2025**, a ser fornecido pela Diretoria de Tributos.

Art. 5º. Os créditos tributários de que trata o artigo 1º desta Lei, incluídos no **REFIS 2025**, devidamente confessados pelo devedor, poderão ser pagos em até **24 (vinte e quatro)** parcelas mensais, sucessivas, e de igual valor, a exceção da parcela de adesão, ficando a extensão do prazo condicionada ao montante do débito.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, o valor das parcelas não poderá ser inferior a:

I – R\$ 100,00 (cem reais), para devedor qualificado como pessoa física;

II – R\$ 200,00 (duzentos reais) para devedor qualificado como pessoa jurídica;

III – A quantidade de parcelas deverá obedecer aos parâmetros previstos na tabela seguinte:

FAIXA	PARCELA	VALOR MÍNIMO DO SOMATÓRIO DOS DÉBITOS
I	cota única, à vista	-
II	até 03 (três) parcelas	*R\$ 300,00 para Pessoa Física *R\$ 600,00 para Pessoa Jurídica
III	até 06 (seis) parcelas	*R\$ 600,00 para Pessoa Física *R\$ 1.200,00 para Pessoa Jurídica
IV	até 12 (doze) parcelas	*R\$ 1.200,00 para Pessoa Física *R\$ 2.400,00 para Pessoa Jurídica
V	até 18 (dezoito) parcelas	R\$ 50.000,00
VI	até 24 (vinte e quatro) parcelas	R\$ 100.000,00

§ 2º As parcelas do **REFIS 2025**, deverão ser pagas até o dia previamente escolhido pelo optante, devendo a parcela de adesão (1ª parcela) ser paga até o **1º dia útil** subsequente a adesão ao programa e as demais com vencimento programado para o mesmo dia dos meses seguintes, ou no dia do mês que for indicado pelo contribuinte no ato da assinatura do termo, desde que se mantenha o intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre as parcelas.

§ 3º As parcelas objeto do **REFIS 2025** somente se vencem em dia útil, de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

§ 4º A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o cancelamento da negociação, em razão do inadimplemento do acordado em Termo de Adesão.

§ 5º Os contribuintes cujos valores de seus débitos estejam contemplados pelas faixas V e VI, do inciso III, do § 1º, para fins de adesão ao parcelamento, deverão efetuar o pagamento de entrada no valor referente a 10% (dez por cento) do seu débito total.

Art. 6º. Será concedida anistia sobre os encargos previstos no artigo 3º desta Lei, por espécie de natureza tributária ou por crédito não tributário, observada as seguintes condições:

I - De 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e optar pelo pagamento em **parcela/cota única**, onde o pagamento deve ser realizado até o 1º dia útil subsequente a assinatura do requerimento da opção, **conforme a faixa I do inciso III, do § 1º, do art. 5º;**

II - De 90% (noventa por cento) dos juros e multa, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em **até 03 (três)** parcelas mensais, sendo a primeira até o 1º dia útil da assinatura do requerimento da opção, **conforme faixa II do inciso III, do § 1º, do art. 5º** e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

III - De 80% (oitenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em **até 06 (seis)** parcelas mensais, sendo a primeira até o 1º dia útil da assinatura do requerimento da opção, **conforme faixa III do inciso III, do § 1º, do art. 5º** e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

IV - De 70% (setenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em **até 12 (doze)** parcelas mensais, sendo a primeira até o 1º dia útil da assinatura do requerimento da opção, **conforme faixa IV do inciso III, do § 1º, do art. 5º** e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

V - De 60% (sessenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em **até 18 (dezoito)** parcelas mensais, sendo a primeira até o 1º dia útil da assinatura do requerimento da opção, **conforme faixa V do inciso III, do § 1º, do art. 5º** e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

V - De 50% (cinquenta por cento) dos juros e multa, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em **até 24 (vinte e quatro)** parcelas mensais, sendo a primeira até o 1º dia útil da assinatura do requerimento da opção, **conforme faixa V do inciso III, do § 1º, do art. 5º** e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

Parágrafo único. Constará no **ANEXO II** desta Lei, uma tabela realizando a correlação entre os percentuais de desconto descritos neste artigo as suas respectivas faixas de aplicação.

Art. 7º. A opção pelo REFIS 2025 sujeita o contribuinte ou responsável a:

I - Aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroativa da dívida relativa aos débitos tributários ou não tributários nele incluídos;

II - Pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

III - Pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento neste exercício.

Parágrafo único - A opção e adesão ao REFIS 2025 substitui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no art. 1º.

Art. 8º. Os débitos, inscritos ou não em dívida ativa, de natureza tributária ou não tributária, especificados no *caput* do art. 1º, ajuizados ou não, também poderão ser extintos mediante dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em Lei.

Art. 9º. A dação em pagamento de bens imóveis deve abranger a totalidade do débito que se pretende liquidar, com atualização de juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em pecúnia de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado.

Art. 10. Somente será autorizada a dação em pagamento de bem imóvel, nas seguintes condições:

I - Cujo domínio pleno ou útil esteja regularmente inscrito em nome do devedor, preferencialmente com registro em cartório;

II - Que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

§ 1º Não serão aceitos os imóveis de difícil alienação, inservíveis ou que não atendam aos critérios de necessidade, utilidade e conveniência, a serem aferidos pela Administração Pública.

§ 2º A dação em pagamento se dará pela média do valor do laudo de avaliação do bem imóvel estipulado pela Comissão de Avaliação do Município, e o valor de mercado, comprovadamente praticado pelo próprio devedor.

§ 3º Se o bem for avaliado em quantia superior ao valor consolidado do débito inscrito em dívida ativa que se objetiva extinguir, o seu saldo remanescente resultará em crédito vinculado ao contribuinte, o qual deve ser destinado ao cumprimento da obrigação do débito do exercício seguinte, descontando-se o exato valor remanescente do montante do imposto.

Art. 11. Caso o débito que se pretenda extinguir, mediante dação em pagamento de bem imóvel, encontre-se em discussão judicial, o devedor ou responsável legal, deverão cumulativamente:

I - Desistir das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, ou apresentar Declaração de não existência de ação ajuizada;

II - Renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as ações judiciais;

§ 1º Somente será aceita a desistência parcial de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos na ação judicial.

§ 2º A desistência e a renúncia de que trata o *caput* não eximem o autor da ação do pagamento das custas judiciais e das despesas processuais, incluindo honorários advocatícios, nos termos do art. 90 do Código de Processo Civil.

§ 3º Caso não exista ação de execução fiscal ajuizada, a dação em pagamento ficará condicionada ao reconhecimento da dívida pelo devedor ou pelo responsável legal, se houver.

§ 4º Os depósitos judiciais possivelmente vinculados aos débitos objeto do requerimento de extinção deverão ser automaticamente destinados ao credor para fins de abatimento no valor em negociação.

Art. 12. O requerimento de dação em pagamento será apresentado junto a Secretaria de Planejamento e Gestão do Município de Barbalha/CE, no Departamento de Administração Tributária, o qual determinará a abertura de processo administrativo para acompanhamento e deverá ser:

I - Formalizado em modelo próprio, onde serão relacionados os débitos a serem objeto da dação em pagamento;

II - Assinado pelo devedor ou representante legal com poderes para a prática do ato;

III - Instruído com:

a) Documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão, ou documento de identificação da pessoa física ou documento do procurador legalmente habilitado, conforme o caso;

b) Certidão, extraída há menos de 30 (trinta) dias, do Cartório de Registro de Imóveis competente, que demonstre ser o devedor o legítimo proprietário, ou de quem o tenha adquirido, e que ateste que o imóvel está livre e desembaraçado de qualquer ônus;

c) Certidões cíveis, criminais e trabalhistas, federais e estaduais, do domínio do devedor, bem como do lugar da situação do imóvel;

d) Laudo de avaliação elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEINFRA, no curso do processo administrativo;

e) Manifestação acerca da viabilidade do recebimento do imóvel por meio de declaração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;

§1º. Para adesão a modalidade de REFIS Dação em Pagamento o contribuinte deverá realizar o pagamento inicial de 10% (dez por cento) do valor de seu débito na forma de pecúnia, a título de entrada, o que possibilitará a negociação do restante do débito na modalidade requerida.

§2º. O contribuinte, ao final do processo de dação em pagamento do bem imóvel deverá apresentar a Diretoria de Tributos o documento de registro do imóvel em nome do Município para que seja realizada a baixa dos créditos no sistema e assinatura do termo.

Art. 13. Atendidos os requisitos formais indicados no artigo anterior, a Procuradoria Geral do Município deverá se manifestar sobre a legalidade, conveniência e oportunidade da dação em pagamento do bem imóvel para a recuperação do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa e, na hipótese de a manifestação ser favorável, submeter o processo administrativo à apreciação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

§ 1º Após o atendimento aos requisitos necessários, a SEPLAG deverá decidir quanto à aceitação da proposta de dação em pagamento de bem imóvel como forma de extinção das inscrições em Dívida Ativa do Município.

§ 2º O devedor será intimado acerca da decisão que aceitar a proposta, para:

I - Apresentação do termo de renúncia expressa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de cancelamento da aceitação da proposta;

II - Complementação de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado, mediante pagamento em dinheiro;

Art. 14. A proposta de dação em pagamento de bem imóvel não surtirá qualquer efeito em relação aos débitos inscritos em dívida ativa antes da manifestação expressa de aceitação do município.

§ 1º A pendência na análise do requerimento não afasta a necessidade de cumprimento regular das obrigações tributárias, nem impede o prosseguimento da cobrança administrativa ou judicial da dívida.

§ 2º O levantamento de garantias eventualmente existentes somente poderá ser realizado após a extinção da dívida pela dação em pagamento.

§ 3º Se, por qualquer motivo, não for aperfeiçoada a incorporação do imóvel ao patrimônio do Município, a aceitação será desfeita e serão cancelados os seus efeitos.

Art. 15. Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, em pagamento total ou parcial dos créditos tributários, serviços e obras de infraestrutura, ou de investimento.

Parágrafo único. Compete ao Prefeito Municipal ou a quem o mesmo delegar, autorizar a transação em cada caso.

Art. 16. Os serviços ou obras a que se referem o artigo anterior serão de responsabilidade do devedor da obrigação tributária, cabendo ao mesmo ou a terceiro a quem delegar, a responsabilidade técnica pela elaboração e execução do projeto, por meio de contrato firmado entre ambos.

§ 1º O responsável pela prestação dos serviços ou pela execução das obras poderá as suas expensas, contratar empresas do ramo para atendimento do objeto.

§ 2º Somente poderão ser executados serviços ou obras cujos projetos e orçamentos tenham sido elaborados pelo Município ou aprovados por este.

§ 3º Todo e qualquer serviço ou obra somente poderá ser executado mediante a estrita orientação e fiscalização por parte do Município.

§ 4º Quando da apresentação do projeto pelo contribuinte, o mesmo deve vir acompanhado do cronograma de execução da obra, que não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

§ 5º Quando houver iniciado a obra e no decorrer de sua regular ocorrência o débito objeto do Processo Administrativo correspondente ficará suspenso, devendo a baixa dos créditos ser realizada após a efetiva entrega da obra e expedição do Termo de Recebimento pela SEINFRA.

§ 6º Qualquer paralisação injustificada da obra por período superior a 15 (quinze) dias, a restrições referentes aos valores do débito serão reabilitadas.

Art. 17. Para os efeitos desta Lei, após apreciação da conveniência e da oportunidade, poderão ser admitidos serviços e obras, cujo valor, apurado em regular avaliação, seja compatível com o montante dos créditos tributários.

§ 1º A avaliação dos valores dos serviços ou obras deverá, comprovadamente, demonstrar a compatibilidade com os preços práticos no mercado, no momento da transação, levando-se ainda em consideração a tabela SEINFRA.

§ 2º Os valores mínimos e máximos para pagamento dos créditos tributários na forma disciplinada nesta Lei serão regulamentados pelo Poder Executivo.

§ 3º. Para adesão a modalidade de REFIS Serviços e Obras de Infraestrutura ou Investimento o contribuinte deverá realizar o pagamento inicial de 10% (dez por cento) do valor de seu débito na forma de pecúnia, a título de entrada, o que possibilitará a negociação do restante do débito na modalidade requerida.

Art. 18º. Os contribuintes que possuam acordos regulares inadimplidos que não sejam objetos do REFIS 2022 e 2023, poderão optar pela compensação dos valores pagos, bem como pela renegociação e adesão ao REFIS 2025, relativamente aos saldos devidos, nos termos desta Lei.

§ 1º Na hipótese de inadimplimento e consequente cancelamento dos acordos, os valores pagos durante a vigência do acordo serão proporcionalmente compensados, na forma da lei, para a redução do saldo devedor do montante devido.

§ 2º A compensação referida no § 1º será efetivada previamente a qualquer nova renegociação e adesão ao REFIS 2025.

§ 3º Após o cancelamento do acordo, o montante devido será recalculado, compreendendo o saldo do valor principal devidamente atualizado e os demais encargos incidentes.

§ 4º O saldo remanescente, apurado após o cancelamento de acordo regular e que não seja oriundo de parcelamento em adesão ao REFIS 2022 e 2023, poderá ser objeto de nova renegociação para fins de adesão ao REFIS 2025, nos termos desta Lei.

§ 5º A adesão mencionada no caput estará condicionada à assinatura, pelo contribuinte, de um Termo de Cancelamento, destinado a formalizar a extinção do acordo anterior e a estabelecer as condições para a nova adesão, em conformidade com as disposições desta Lei.

Art. 19. São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I - Formulário próprio emitido por meio da Diretoria de Tributos de reconhecimento e confissão da dívida assinado pelo devedor, contribuinte, responsável tributário ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II - Cópia do comprovante de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas e cópia de documento de identificação do representante legal que permita identificar o(s) responsável(is) pela empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III - Cópia de documentos de identificação (RG) e CPF, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

IV - Cópia do comprovante de endereço atualizado, emitido com antecedência de até 60 (sessenta) dias;

V - Cópias do termo de inventariante, da certidão de óbito, documentos pessoais do *de cujus*, declaração dos herdeiros, dos documentos comprobatórios da propriedade ou da posse, quando se tratar de inventário extrajudicial ou judicial e quando não houver, apenas as cópias da certidão de óbito, documentos pessoais do *de cujus*, declaração dos herdeiros, dos documentos comprobatórios da propriedade ou da posse dos imóveis.

Parágrafo único. O Departamento de Administração Tributária, por meio de seus servidores, poderá solicitar aos contribuintes outros documentos que se fizerem necessários para possibilitar a adesão ao REFIS 2025.

Art. 20. O contribuinte será excluído do REFIS 2025 mediante ato do(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento e Gestão, do Secretário Executivo de Finanças da SEPLAG ou do(a) Diretor(a) de Tributos, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Inadimplência, de 03 (três) parcelas consecutivas ou não, contidas no Termo de Opção pelo REFIS 2025;

III - Constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo REFIS 2025 e não incluso na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - Compensação ou utilização indevida de créditos;

V - Decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica;

VI - Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquele que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Barbalha e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS 2025;

VII - Prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante mediante simulação de ato.

§ 1º O valor das parcelas quitadas até a exclusão do contribuinte do REFIS 2025, será utilizado para amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

§ 2º A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS 2025 acarretará o restabelecimento das condições originais de crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em dívida ativa, se o crédito não estiver ali inscrito a propositura da execução, na hipótese de se encontrar ajuzado.

Art. 21. A título de incentivo a prática da conciliação e recuperação fiscal em âmbito administrativo será destinado aos servidores envolvidos no processo o percentual de **5% (cinco por cento) do valor total líquido efetivamente arrecadado e contabilizado no órgão de contabilidade do município** por meio de conciliação na opção pelo REFIS 2025, conforme a modalidade em que atuarem.

§ 1º Para atingir a finalidade da proposição desta Lei serão constituídas por Portaria originária do Chefe do Executivo Municipal duas comissões de servidores para realização das tratativas de negociação em modalidades distintas:

I - Comissão de Negociação do Departamento de Tributos: composta por servidores integrantes do Departamento de Administração Tributária, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, responsáveis pela instauração e tramitação dos processos de adesão ao REFIS 2025 na modalidade pecuniária.

II - Comissão de Dação em Pagamento e Obras: composta pelos servidores ocupantes dos cargos de Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Procurador(a) Geral do Município, Secretário(a) Executivo(a) de Finanças da SEPLAG, e Diretor(a) do Departamento de Administração Tributária, responsáveis pela análise e tramitação dos processos de adesão ao REFIS 2025 na modalidade dação em pagamento e obras.

§ 2º O valor do incentivo de que trata o caput deste artigo será rateado igualmente entre os servidores indicados em Portaria, com avaliação por meio de relatório do sistema eletrônico de arrecadação e autorização do(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento e Gestão, nos termos deste regulamento.

§ 3º O incentivo referido nesta Lei terá como data inicial de sua apuração a data de publicação e vigência desta, devendo ser pago aos servidores municipais competentes em parcela única, mensalmente junto à folha de

pagamento vigente, após o envio da relação dos servidores ao Departamento de Recursos Humanos (RH), a medida em que os valores pertinentes aos acordos forem ingressando nos cofres públicos, onde em caso de contrato de parcelamento, dar-se-á mediante a quitação mensal de cada parcela do acordo.

Art. 22. Os débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal que não forem negociados por meio do REFIS 2025 de que trata esta Lei deverão, imediatamente após findo o prazo de vigência de 90 (noventa) dias, ser objeto de execução fiscal, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 23. efeitos da presente Lei passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais no que tange a renúncia de receitas e despesas obrigatórias de caráter continuado, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO para o Exercício Financeiro de 2025.

Art. 24. O chefe do Poder Executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 07 de abril de 2025.

Guilherme Sampaio Saraiva
Prefeito Municipal de Barbalha

ANEXO I – TABELA

FAIXA	PERCENTUAL DE ANISTIA DOS ENCARGOS	PARCELA	VALOR MÍNIMO DO SOMATÓRIO DOS DÉBITOS
I	100%	cota única, à vista	-
II	90%	até 03 (três) parcelas	*R\$ 300,00 para Pessoa Física *R\$ 600,00 para Pessoa Jurídica
III	80%	até 06 (seis) parcelas	*R\$ 600,00 para Pessoa Física *R\$ 1.200,00 para Pessoa Jurídica
IV	70%	até 12 (doze) parcelas	*R\$ 1.200,00 para Pessoa Física *R\$ 2.400,00 para Pessoa Jurídica
V	60%	até 18 (dezoito) parcelas	R\$ 50.000,00
VI	50%	até 24 (vinte e quatro) parcelas	R\$ 100.000,00

PROJETO DE LEI Nº 22/2025

INSTITUI NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, O PROGRAMA “CÂMARA JOVEM” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, no uso de suas atribuições legais, submete o presente Projeto de Lei para análise e aprovação do Plenário.

Art. 1º. Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha, estado do Ceará, o programa legislativo denominado: “**Câmara Jovem**”, com o objetivo geral de promover a interação entre o Poder Legislativo de Barbalha e as escolas da rede pública municipal de ensino, permitindo aos estudantes compreenderem o papel do poder legislativo dentro do contexto social em que vivem, contribuindo assim para a formação da sua cidadania e entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Art. 2º. O programa será implementado mediante a adesão das escolas e terá por público alvo os alunos do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

§1º O **Programa Câmara Jovem** atenderá estudantes das escolas da rede pública municipal, no 6º ao 9º ano, regularmente matriculados na Secretaria Municipal de Educação para integrarem num período de quatro meses o referido programa.

§2º O **Programa Câmara Jovem** é um programa de caráter educativo, não se tratando de programa similar ao Jovem Aprendiz ou outras ações do gênero, não caracterizando vínculo empregatício nem gerando direito a pagamento de salário, ajuda de custo, bonificação, subsídio ou qualquer outro tipo de remuneração ao estudante participante.

§3º O **Programa Câmara Jovem**, poderá ter duas edições anuais;

- A modalidade da seleção será organizada pela Secretaria Municipal de Educação e a Escola do Legislativo, garantindo ampla divulgação e igualdade de concorrência;
- Serão selecionados trinta estudantes, sendo quinze titulares e quinze suplentes para o exercício das atividades como Vereador Jovem;

Art. 3º. Constituem objetivos específicos do programa:

I– Despertar nos alunos a responsabilidade política com o bem comum e conhecimentos sobre a importância das ações do poder legislativo municipal;

II – Proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara Municipal de Barbalha;

III – Favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da cidade que mais afetam a população;

IV – Sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do programa Câmara Jovem e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Art. 4º. O programa será operacionalizado pelas seguintes condições:

I– Termo de cooperação, com a Secretaria Municipal e Estadual de Educação;

II–Elaboração do projeto pedagógico e planejamento das atividades;

III–Visita dos agentes do programa (representantes da Escola do Legislativo) às unidades escolares para orientar e avaliar o andamento do projeto junto aos professores e alunos e;

IV–Promoção de atividades com os seguintes temas:

- explicações sobre os três poderes constituinte dando ênfase a estruturação do legislativo brasileiro a nível nacional, estadual e municipal;
- explicação sobre o funcionamento da Câmara Municipal e suas sessões;
- explanções sobre a importância do legislativo municipal para a cidade e;
- visita aos setores administrativos da Câmara Municipal.

Art. 5º. O Programa Câmara Jovem realizará também agendas de visitas guiadas das escolas públicas e privadas do município para conhecerem o funcionamento da casa legislativa barbalhense.

Art. 6º. O Poder Legislativo Municipal fica autorizado a contratar serviços de terceiros, para apoio e execução do programa, sempre que houver necessidade de serviços especializados, tais como:

- Fornecimento de lanche para os alunos que estiverem participando do programa durante visita ao complexo da Câmara Municipal;
- Confecção de material didático contendo explicações sobre a importância do legislativo municipal, sua estrutura de funcionamento e papel do vereador.

Parágrafo Único. Os serviços de que tratam as alíneas deste artigo serão exclusivamente destinados aos estudantes que participem do programa e aqueles que os acompanham, sejam estes da rede municipal, estadual ou privada, desde que localizadas neste Município.

Art.7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, consignadas no atual orçamento e nos orçamentos futuros, observando-se incondicionalmente os limites de gastos com pessoal previstos no § 1º. do Art. 29A da Constituição Federal, combinado com a letra “a” do inciso III do Art. 20 da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 09 de abril de 2025

**DORIVAN AMARO DOS
SANTOS**
Presidente

**EPITÁCIO SARAIVA DA
CRUZ NETO**
Vice-Presidente

**JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ
BARRETO**
1º Secretário

**MARCUS JOSÉ ALENCAR
LIMA**
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,

Apresentamos a Vossas Excelências para apreciação e votação, Projeto de Lei n. 022/2025 no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha, estado do Ceará, o programa legislativo denominado: “**Câmara Jovem**”.

Objetiva-se promover a interação entre o Poder Legislativo de Barbalha e as escolas da rede pública municipal de ensino, permitindo aos estudantes compreenderem o papel do poder legislativo dentro do contexto social em que vivem, contribuindo assim para a formação da sua cidadania e entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Diante dessas argumentações, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta matéria, cuja relevância é inquestionável.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 09 de abril de 2025.

**DORIVAN AMARO DOS
SANTOS**
Presidente

**EPITÁCIO SARAIVA DA
CRUZ NETO**
Vice-Presidente

**JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ
BARRETO**
1º Secretário

**MARCUS JOSÉ ALENCAR
LIMA**
2º Secretário

Projeto de Lei Nº 21/2025

Denomina logradouro público, localizado no Bairro Malvinas– Nesta.

O Prefeito Municipal de Barbalha-CE faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua **Antônio Luciano Damasceno**, popularmente conhecida como “Rua T Quatro”. Que se inicia na Rua Santa Teresinha, finalizando na Av. Luiz Gonzaga, bairro Malvinas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha em
07 de abril de 2025.

João Ilânio Sampaio
Vereador
Autor
BIOGRAFIA

ANTÔNIO LUCIANO DAMASCENO

Antônio Luciano Damasceno, nascido em 20 e julho de 1948 no Sítio Buriti na cidade de Barbalha, Ceará, filho de Francisco Luciano Nogueira e Antônia Damasceno Luciano, sendo seus pais agricultores. Antônio estudou pouco, foi apenas alfabetizado e logo depois passou a ajudar seus pais no cultivo da lavoura, nas terras pertencentes a família. No ano de 1973, casou-se com a jovem Maria Estelita Cardoso da Silva, dessa união nasceram duas filhas: Maria Cristiane Damasceno e Maria Ligiane Damasceno. Com pouco tempo de casado foi morar no Distrito Estrela, onde passou a cuidar de um sítio de seu tio Elizeu Damasceno. Lá, na Estrela, como ele chamava, fez um grande número de amigos, dentre eles cito: Seu Geraldo (pai de Flávio e Fábio Cruz) por quem tinha grande respeito e consideração; Vicente Cruz, Dona Maricota (que carinhosamente a chamava de Mãe), Flávio Cruz e seu irmão Fábio, João Ilânio, entre outros. Lá no Distrito Estrela passou a fazer parte, junto com alguns amigos, da organização do cortejo do pau da bandeira de São João Batista, padroeiro da localidade. Onde por alguns anos foi capitão do pau, função essa que ele tinha orgulho em desempenhar com Fé e Devoção. No mesmo ano que casou, passou a trabalhar na Cerâmica do Cariri S/A - Cecasa, onde permaneceu até o ano de 1983. Em seguida foi trabalhar no serviço público, na função de vigia, na escola Edson Olegário de Santana no Buriti. Lá permaneceu até o ano de 1989, voltando então para o trabalho na agricultura onde cultivava arroz, feijão, milho e fava, além de fabricar tijolos artesanais. Do seu trabalho tirava o sustento para sua família. Homem simples, humilde e que gostava de ajudar o próximo, onde por alguns anos foi doador de sangue na nossa cidade, ajudando assim a salvar vidas. Devoto do Padre Cícero e de Santo Antônio, ficou viúvo no ano de 2007 e quase 6 anos depois, no dia 27 de abril de 2013, Deus o chamou para a morada celeste, com apenas 64 anos de idade.

João Ilânio Sampaio
Vereador
Autor

PARECERES DAS COMISSÕES

PARECER Nº 16/2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Parecer sobre o Projeto de Lei Nº 20/2025

Autoria: RILDO TELES

Ementa: QUE ALTERA O TEOR DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2.557/2021, AO QUAL DETERMINA NOVO TEXTO.

I. Relatório

O Projeto de Lei Ordinária nº 20/2025, que QUE ALTERA O TEOR DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2.557/2021, AO QUAL DETERMINA NOVO TEXTO, vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

II. Fundamentação

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de BARBALHA, mais precisamente em seu Art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Parlamentar, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

III. Conclusão

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição. No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, Art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de BARBALHA dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, Art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, Art. 50, caput). Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 20/2025, que QUE ALTERA O TEOR DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 2.557/2021, AO QUAL DETERMINA NOVO TEXTO.

Barbalha/CE, 10 de Abril de 2025

Odair José de Matos
Presidente

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator(a)

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

REQUERIMENTOS

Requerimento Nº 335/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia, à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, solicitando a retirada da areia que se encontra sobre o asfalto da estrada que liga o Sítio Santana ao Brejinho, destacadamente nos seguintes pontos, proximidades das casas de Dona Sônia, do Sr. João Santana, Sra. Rosita, assim como, pontos próximos aos Colégios Manoel Saraiva e Almiro da Cruz, da Igreja São José, e da Vila São Pedro.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia, à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, solicitando a retirada da areia que encontra-se sobre o asfalto da estrada que liga o Sítio Santana ao Brejinho, destacadamente nos seguintes pontos, proximidades das casas de Dona Sônia, do Sr. João Santana, Sra. Rosita, assim como, pontos próximos aos Colégios Manoel Saraiva e Almiro da Cruz, da Igreja São José, e da Vila São Pedro.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 8 de Abril de 2025.

ODAIR JOSÉ DE MATOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 336/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando serviço de capinação na Rua L-15, localizada no Bairro Cirolândia.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando serviço de capinação na Rua L-15, localizada no Bairro Cirolândia.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

CICERA BERTULINO DE SOUZA
Vereadora do PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Autora

Requerimento Nº 337/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a troca das lâmpadas queimadas na Rua Antônio Fideles de Araújo, em frente à Praça Mais Infância, localizada no Bairro Alto do Rosário - Francisco Gurgel Correia.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a troca das lâmpadas queimadas na Rua Antônio Fideles de Araújo, em frente à Praça Mais Infância, localizada no Bairro Alto do Rosário - Francisco Gurgel Correia.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

ODAIR JOSÉ DE MATOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 338/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a realização da pavimentação asfáltica na Rua da AAB, via que dá acesso a Aliança de Misericórdia, no Parque Bulandeira.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a realização da pavimentação asfáltica na Rua da AAB, via que dá acesso a Aliança de Misericórdia, no Parque Bulandeira.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ BARRETO
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 339/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia ao Secretário Municipal Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando limpeza, podamento de árvores, assim como, serviço de capinação na Rua P-03, nas proximidades da Capela, na Mata dos Limas, local onde ocorrerá a Caminhada com Maria no dia 1º de maio.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia ao Secretário Municipal Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando limpeza, podamento de árvores, assim como, serviço de capinação na Rua P-03, nas proximidades da Capela, na Mata dos Limas, local onde ocorrerá a Caminhada com Maria no dia 1º de maio.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do UNIÃO – UNIÃO BRASIL
Autor

Requerimento Nº 340/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia à Cagece, solicitando, em regime de urgência, reparos nos vazamentos de água, na Rua B-02, - Quadra J, Número 1.076 -, localizada no Minha Casa Minha Vida.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia à Cagece, solicitando, em regime de urgência, reparos nos vazamentos de água, na Rua B-02, - Quadra J, Número 1.076 -, localizada no Minha Casa Minha Vida.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do UNIÃO – UNIÃO BRASIL
Autor

Requerimento Nº 341/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício a Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, solicitando que novas cláusulas sejam colocadas no contrato de renovação da concessão da ENEL, em benefício das pessoas e seguimentos da sociedade civil e empresarial.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício a Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, solicitando que novas cláusulas sejam colocadas no contrato de renovação da concessão da ENEL, em benefício das pessoas e seguimentos da sociedade civil e empresarial.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

ODAIR JOSÉ DE MATOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 342/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia ao Secretário Municipal de Educação, solicitando que seja feito o estofamento dos ônibus escolares, assim como, acompanhamento e fiscalização para solucionar os problemas referentes a esses atos de vandalismo. Assim como, viabilizar um maior auxílio às crianças com necessidades especiais, durante o trajeto escolar.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia ao Secretário Municipal de Educação, solicitando que seja feito o estofamento dos ônibus escolares, assim como, acompanhamento e fiscalização para solucionar os problemas referentes a esses atos de vandalismo. Assim como, viabilizar um maior auxílio às crianças com necessidades especiais, durante o trajeto escolar.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do UNIÃO – UNIÃO BRASIL
Autor

Requerimento Nº 343/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia à Empresa META, solicitando, em regime de urgência, a aquisição de lixeira para ser instalada na Rua Santo Expedito com a Avenida Liberdade, localizada no Bairro Cirolândia.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia à Empresa META, solicitando, em regime de urgência, a aquisição de lixeira

para ser instalada na Rua Santo Expedito com a Avenida Liberdade, localizada no Bairro Cirolândia.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

MARIA GELY DE FREITAS PEREIRA
Vereadora do REPUBLICANOS – REPUBLICANOS
Autora

Requerimento Nº 344/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício à Secretária Municipal de Obras e Urbanismo, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando que seja implantado o meio-fio nas Ruas do Conjunto Morada Disney, para que a Enel instale os postes de iluminação e distribuição de energia para as residências.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretária Municipal de Obras e Urbanismo, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando que seja implantado o meio-fio nas Ruas do Conjunto Morada Disney, para que a Enel instale os postes de iluminação e distribuição de energia para as residências.

JUSTIFICATIVA

O meio-fio é um pré-requisito para que sejam implantados postes de iluminação pública nas ruas.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 345/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício com votos de parabéns à Secretaria Municipal de Saúde, em nome da Secretária Catiane Landim, com cópia ao Centro Universitário Maurício de Nassau - Juazeiro do Norte, em nome da Reitora Milana Drumond Ramos Santana, à Estácio - FMJ, em nome do Diretor Charles Lelis Soares e ao SESI – Cariri – Juazeiro do Norte, em nome do Gerente, Francisco Leite Dantas, parabenizando-os pela realização do evento , "Barbalha Cuidando do Servidor!", realizado no dia 05 de abril de 2025, evento este alusivo ao Dia Mundial da Saúde.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício com votos de parabéns à Secretaria Municipal de Saúde, em nome da Secretária Catiane Landim, com cópia ao Centro Universitário Maurício de Nassau - Juazeiro do Norte, em nome da Reitora Milana Drumond Ramos Santana, à Estácio - FMJ, em nome do Diretor Charles Lelis Soares e ao SESI – Cariri – Juazeiro do Norte, em nome do Gerente, Francisco Leite Dantas, parabenizando-os pela realização do evento , "Barbalha Cuidando do Servidor!", realizado no dia 05 de abril de 2025, evento este alusivo ao Dia Mundial da Saúde.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 9 de Abril de 2025.

JOÃO ILANIO SAMPAIO
Vereador do PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Autor

MAPA DAS VOTAÇÕES

MAPA DA VOTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 20/2025

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA	PRESIDENTE DA
Antenor Francisco de Amorim	X				
Antônio Ferreira Santana	X				
André Feitosa				X	
Cícera Bertulino de Souza	X				
Cícero Joanes Leite Sampaio				X	
Dorivan Amaro dos Santos					X
Epitácio Saraiva da Cruz Neto				X	
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
João Ilânio Sampaio	X				
José Alex Saraiva de Sá Barreto				X	
Marcus José Alencar Lima	X				
Maria Gely de Freitas Pereira	X				
Matheus Cléber Saraiva Gonçalves	X				
Odair José de Matos	X				
	1 0			0 4	0 1

AVISOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.04.09.01 (Ata de Registro de Preços Nº 21.10.02/2024, Originária do Pregão Eletrônico Nº 2024.08.12.1 - SRP da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE). **Objeto:** Contratação de serviços a serem prestados no fornecimento de coffee break, coquetel, buffet, refeições tipo “quentinha”, kit de lanches dentre outros para atender às necessidades da Câmara Municipal de Barbalha/CE. **Empresa Detentora do Registro:** A empresa FRANCISCA ELIZABETH PINTO LOPES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 41.312.067/0001-49, totalizando o valor de R\$ 96.035,35 (noventa e seis mil trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Homologo e Autorizo o presente Processo Administrativo na forma do art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 e a Lei 14.770/2023 - Dorivan Amaro dos Santos - Presidente da Câmara Municipal de Barbalha. **Data da Homologação e Autorização:** 10 de abril de 2025.

PAUTAS DAS SESSÕES

PAUTA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 23ª LEGISLATURA

Kelvy Gabriel de Moura Ferreira
Secretaria Legislativa

MATÉRIAS DO EXPEDIENTE MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento Legislativo nº 346/2025**, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja concedida a Medalha do Mérito Legislativo MONSENHOR MURILO DE SÁ BARRETO ao Sr. Francisco Furtado de Sousa Neto, medalha esta instituída pela Resolução Nº 001/2006.
- II. **Requerimento Legislativo nº 347/2025**, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando o roço da estrada que liga os Sítios Frutuoso, Rua Nova, ao Sítio Água Fria.
- III. **Requerimento Legislativo nº 348/2025**, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a limpeza, poda das árvores e iluminação para a Rua L-11, localizada no Bairro Cirolândia, especialmente no espaço do Largo Público. Largo Maria Noêmia Cândido de Brito.
- IV. **Requerimento Legislativo nº 349/2025**, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o envio por parte do Executivo de uma Proposta de reforma do Código Tributário, haja vista a necessidade de atualização.
- V. **Requerimento Legislativo nº 350/2025**, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que

seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Secretário de Municipal de Esportes, Sr. Hamilton Lira, solicitando a recuperação do Campo de Futebol do Sítio Sozinho, assim como, solicitando apoio da Secretaria Municipal de Esportes para a realização de mais uma edição da Copa Tradição.

VI.

Requerimento Legislativo nº 351/2025, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de infraestrutura e Serviços públicos, com cópia, ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca para a Rua Francisca Aída Parente Garcia, localizada no Parque Bulandeira.

VII.

Requerimento Legislativo nº 352/2025, de autoria do(a) Parlamentar ALEX SARAIVA, DORIVAN, que Requer que seja enviado ofício à COGERH- Companhia de Gestão e Recursos Hídricos da Bacia do Salgado, com cópia, à Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, à Ambiental Ceará, responsável pelos serviço de saneamento da cidade, à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, responsável pelo abastecimento das localidades rurais da cidade, convidando representantes dos referidos órgãos para a realização de uma Audiência Pública junto à Câmara Municipal, a sociedade Civil e o Poder Executivo, para tratarmos de assunto referente às questões dos recursos e serviços hídricos no Municipal de Barbalha, conforme apresentação de dados referente aos serviços aos quais são responsáveis, haja vista a necessidade de identificar os desafios e apontar as soluções que cabem a cada órgão e ao Poder Público Municipal.

PROPOSIÇÕES DA ORDEM DO DIA MATÉRIA SOBRE A MESA

I.

Projeto de Lei Ordinária nº 21/2025, de autoria do(a) Parlamentar PROFESSOR ILÂNIO, que Denomina logradouro público, localizado no Bairro Malvinas- Nesta.

II.

Projeto de Lei Ordinária nº 22/2025, de autoria do(a) Mesa Diretora Mesa Diretora (2025-2026), que INSTITUI NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, O PROGRAMA “CÂMARA JOVEM” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

III. Projeto de Lei Ordinária nº 23/2025, de autoria do(a) Poder Executivo Municipal DR. GUILHERME, que Institui e disciplina o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS - 2025, voltado para os Créditos de Natureza Tributária ou não, no âmbito do Município de Barbalha-CE, da forma que indica e adota outras providências.

IV. Requerimento Legislativo nº 346/2025, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja concedida a Medalha do Mérito Legislativo MONSENHOR MURILO DE SÁ BARRETO ao Sr. Francisco Furtado de Sousa Neto, medalha esta instituída pela Resolução Nº 001/2006.

V. Requerimento Legislativo nº 347/2025, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando o roço da estrada que liga os Sítios Frutuoso, Rua Nova, ao Sítio Água Fria.

VI. Requerimento Legislativo nº 348/2025, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a limpeza, poda das árvores e iluminação para a Rua L-11, localizada no Bairro Cirolândia, especialmente no espaço do Largo Público. Largo Maria Noêmia Cândido de Brito.

VII. Requerimento Legislativo nº 349/2025, de autoria do(a) Parlamentar RILDO TELES, que Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o envio por parte do Executivo de uma Proposta de reforma do Código Tributário, haja vista a necessidade de atualização.

VIII. Requerimento Legislativo nº 350/2025, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Secretário de Municipal de Esportes, Sr. Hamilton Lira, solicitando a recuperação do Campo de Futebol do Sítio Sozinho, assim como, solicitando apoio da Secretaria Municipal de Esportes para a realização de mais uma edição da Copa Tradição.

IX. Requerimento Legislativo nº 351/2025, de autoria do(a) Parlamentar MARCELO JÚNIOR, que Requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de infraestrutura e Serviços públicos, com cópia, ao Prefeito

Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca para a Rua Francisca Aida Parente Garcia, localizada no Parque Bulandeira.

X. Requerimento Legislativo nº 352/2025, de autoria do(a) Parlamentar ALEX SARAIVA, DORIVAN, que Requer que seja enviado ofício à COGERH- Companhia de Gestão e Recursos Hídricos da Bacia do Salgado, com cópia, à Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, à Ambiental Ceará, responsável pelos serviço de saneamento da cidade, à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, responsável pelo abastecimento das localidades rurais da cidade, convidando representantes dos referidos órgãos para a realização de uma Audiência Pública junto à Câmara Municipal, a sociedade Civil e o Poder Executivo, para tratarmos de assunto referente às questões dos recursos e serviços hídricos no Municipal de Barbalha, conforme apresentação de dados referente aos serviços aos quais são responsáveis, haja vista a necessidade de identificar os desafios e apontar as soluções que cabem a cada órgão e ao Poder Público Municipal.

ORADORES DA PALAVRA FACULTADA ORADORES INSCRITOS

- I.** RILDO TELES
- II.** PROFESSOR ILÂNIO
- III.** CAPITÃO MARCUS
- IV.** EPITÁCIO CRUZ
- V.** DORIVAN

PODER EXECUTIVO



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, EXTRAORDINÁRIA PARA SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E COMUNITÁRIOS DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA ALACOQUE BEZERRA DE FIGUEIREDO

A Associação de Pais e Comunitários da Escola de Ensino Fundamental Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo com sede a rua José Quental-25, Alto da Alegria, inscrita no CNPJ:01.920.632/0001-36, através de sua Diretoria devidamente representada por Sílvia Maria Mendes de Lima, CPF:764.177.863-15, CONVOCA, através do presente edital, todos os

demaís associados para a Assembleia Geral, que será realizada aos dias quatorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na sede escola, com a finalidade de eleição e substituição e posse de alguns dos membros da diretoria e demais cargos da APC da Escola de Ensino Fundamental Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo.

Barbalha (CE), 11 de abril de 2025.

PUBLICAÇÕES DE ONG'S, PARTIDOS POLÍTICOS E ENTIDADES SINDICAIS

.....